

POLÍTICAS CULTURAIS EM PORTUGAL*

Maria de Lourdes Lima dos Santos**

Vou propor-vos algumas reflexões sobre as políticas culturais no meu país, fundamentalmente a partir do texto que escrevi para o livro *Políticas Culturais em Iberoamerica* (aproveito a oportunidade para agradecer 2 convites – da organização do Campus para participar hoje nesta Mesa, e dos organizadores do livro para nele colaborar).

Concentrar-me-ei nos desafios que se colocam às políticas culturais e por isso impõe-se começar por referir o que se poderá designar como as duas palavras de ordem mais insistentemente proclamadas no discurso político da União Europeia (UE), no quadro do que hoje se chama a economia criativa – são elas ‘inovação’ e ‘competitividade’. As políticas nacionais e, logo, também as respectivas políticas culturais, não podem ignorar estas palavras que correspondem a necessidades tanto mais difíceis de satisfazer por um país, quanto mais frágil for o seu posicionamento no contexto internacional – e Portugal está nesse caso. Assim, as políticas culturais neste país têm de se empenhar, mais do que nunca, na promoção de um sector cultural e artístico qualificado e dinâmico que possa, enquanto tal, responder às actuais necessidades de competitividade, sem perder de vista os imperativos de cidadania/participação cultural. Aliás, imperativos reclamados também por uma economia criativa mas com que nem sempre, como é sabido, estão em sintonia com as exigências de competitividade.

É hoje recorrente afirmar que investir na qualificação é uma prioridade das políticas públicas. Acontece que, não raro, se esquece o papel específico das políticas culturais nesse sentido. Elas terão inevitavelmente de concorrer para os esforços de qualificação *a nível da formação e da profissionalização* (com as correspondentes avaliações); a nível dos *equipamentos culturais*; a nível dos *territórios* para melhoria da qualidade de vida das populações e valorização dos lugares na competição internacional.

Tendo presente este papel das políticas culturais, e correndo os riscos de uma escolha redutora, vou aqui passar em revista determinados aspectos de mudança que se podem identificar nos últimos anos (há cerca de mais ou menos duas décadas) neste país. Aspectos de mudança a considerar na intersecção de vários planos: do plano documental (nos documentos progmáticos de

governos e partidos, relatórios de grupos de trabalho, textos legislativos, etc.); do plano de programas e projectos efectivos; do plano dos agentes culturais envolvidos.

Cada um destes planos foi analisado em diferentes pontos do trabalho que enviei para o já referido livro, o que agora, obviamente, não posso estar a reproduzir, precisando de ser mais sucinta.

Antes de mais, faço notar, para quem não esteja familiarizado com a história recente de Portugal, que depois da revolução de 25 de Abril de 1974, mais precisamente a partir de 1976, houve até hoje 17 Governos Constitucionais, tendo sido no XIII Governo (1995) que foi criado o Ministério da Cultura (MC), sucedendo-se até ao presente 6 ministros da cultura em 5 governos. Um tal ritmo não pode deixar de ter efeitos sobre a definição das linhas de orientação das políticas culturais e, naturalmente, sobre a produção legislativa, a qual é condição necessária (se bem que não suficiente) para que essas linhas de orientação venham a ter efectividade. Assim, assiste-se não raro à suspensão dos instrumentos legais, à sua não regulamentação ou à sua substituição que pode avançar novas medidas antes mesmo de postas em acção e avaliadas as antecedentes.

Apesar disso, tem havido algumas prioridades que se mantêm e algumas inovações que têm procurado afirmar-se.

Dos níveis de qualificação que há pouco referi, considere-se desde já o da *formação*. Têm vindo a desenvolver-se esforços para uma articulação entre política cultural e política da educação, de há muito reclamada (embora sobretudo no plano programático) mas pouco conseguida. Esta fraca articulação tem constituído um dos obstáculos à satisfação das exigências de qualificação a nível da formação, não só no que respeita à formação específica de artistas, técnicos e outros profissionais da cultura mas também no que respeita à formação de base da população em geral que se desejaria ver aceder à cultura de forma activa e esclarecida. A partir do final dos anos 90, sucessivos grupos de trabalho nomeados pelo MC e pelo Ministério da Educação (ME) elaboraram sucessivos documentos que, para lá das suas diferenças, prosseguiram um objectivo comum – a implantação de medidas visando a referida articulação de políticas.

Nesta linha, uma prioridade que tem suscitado legislação abundante e continuada é a da dinamização da política nacional da leitura, particularmente urgente num país como Portugal com níveis de literacia significativamente inferiores à média europeia. Apenas a título ilustrativo, podem referir-se, a este propósito, projectos como os que integraram o Programa Nacional de Promoção da Leitura (1997), agora integrado no Plano Nacional de Leitura que está em curso e em que o MC colabora com o ME. A criação de condições de motivação para a leitura contou com um instrumento normativo importante – o diploma da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (1987). É a 1ª Rede Nacional lançada pelo MC (seguiram-se a dos Teatros e a dos Espaços Culturais – 1999, a dos Museus – 2000). A Rede de Bibliotecas visa a criação e requalificação de bibliotecas em todos os concelhos do país e assenta numa parceria entre administração central e local (em 2005, 258 das 308 administrações locais estavam na rede). Mas a meta em vista – 1 biblioteca em cada concelho – ainda não foi atingida. O novo modelo de bibliotecas (que nem

todas conseguem cumprir satisfatoriamente) associa à promoção da leitura actividades de animação cultural para diferentes sectores da população e envolve agentes culturais locais.

Ainda quanto à questão da formação, a sensibilização da população em geral para as artes (em regra designada, redutoramente, como formação de públicos) é outra vertente de qualificação a não perder de vista na medida em que uma população culturalmente atenta e participativa pode alimentar procuras culturais mais exigentes e propiciar a emergência de mais carreiras artísticas...

Apoiando-me nos resultados de estudos que temos realizado no OAC, direi que nessa política de sensibilização para as artes se destacam 3 vias: 1. presença da dimensão cultural/artística na escolaridade obrigatória; 2. desenvolvimento de serviços educativos para lá do contexto escolar; 3. distribuição descentralizada da oferta cultura/artística. Vias que recorrentemente foram avançadas por sucessivos governos, sobretudo em termos programáticos e mesmo normativos, mas que também, a pouco e pouco, têm vindo a traduzir-se em algumas concretizações – a 1ª via através de acções/projectos de natureza pontual, frequentemente com interesse mas ainda carecidos de inserção numa política integrada de cultura-educação; a 2ª via através do crescimento dos serviços educativos junto dos equipamentos culturais, por enquanto tendo como alvo quase exclusivo o público infantil/escolar; a 3ª através do aumento das redes de equipamentos e de serviços culturais geralmente assentes em parcerias (sector público – administração central e local –, sector privado e 3º sector), sendo, porém, de notar que as redes de programação não têm alcançado o mesmo ritmo que as de equipamentos ou infraestruturas.

Esta dimensão da qualificação *pela* cultura não é dissociável da qualificação *da* cultura, esta outra remetendo para os artistas e outros profissionais da cultura. Passemos, então, ao nível da *profissionalização*. Lembro que o emprego no sector cultural, apesar da sua recente expansão em Portugal (entre 1991 e 2001: taxa de variação 34%) e de ser o sector mais qualificado face ao emprego nacional na sua totalidade (25% com nível superior de escolaridade), quando comparado com os valores para o total da UE, não deixa de se situar em lugares muito baixos (assim os 25% de escolaridade superior defrontam-se com os 42% da UE; por sua vez, a parcela de emprego cultural no total de emprego é em Portugal de 1,4% face aos 2,5% da UE – valores para 2002). Contudo, verifica-se em Portugal uma tendência idêntica à da UE relativamente às novas configurações do trabalho cultural e artístico, que é a da emergência de empresas micro que, ao mesmo tempo que viabilizam projectos que, nalguns casos, de outro modo não se realizariam, por outro lado sofrem em geral de subcapitalização e falta de acesso ao mercado.

Uma das dificuldades a destacar ao nível da profissionalização é a falta de disposições normativas que regulamentem o exercício da profissão no sector do emprego cultural. Trata-se de uma carência que tem suscitado muita controvérsia e, também neste caso, mau grado a insistência com que a questão surge nos textos programáticos de governos e partidos e com que é abordada por vários grupos de trabalho constituídos para o efeito, a verdade é que a legislação a este respeito não abunda e a que existe é insuficiente e desactualizada. Presentemente, no entanto, decorre a discussão de um novo projecto-lei (263/2007) que pretende regulamentar o trabalho para os

artistas dos espectáculos públicos. Aliás, os agentes implicados neste domínio artístico têm assumido um particular protagonismo, com várias associações a apresentar propostas no sentido de impedir situações de precaridade de trabalho e perda de direitos sociais.

A falta de estratégias integradas de internacionalização dos agentes culturais e das suas produções tem constituído outra dificuldade e é outro desafio para as políticas culturais nacionais. A este respeito poderá, porventura, vir a ter efeitos positivos uma orientação que visa uma maior articulação entre o MC e o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) para a prossecução da internacionalização da cultura como se refere num decreto-lei que remete para o novo modelo organizacional – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) – que está a começar a ser aplicado.

Referi ainda um 3º nível de qualificação – o dos *equipamentos culturais* – que é indispensável considerar segundo uma perspectiva que combine os planos material e imaterial, ou seja a oferta de infraestruturas e a oferta de iniciativas (programação capaz de tornar esses espaços apropriáveis pelas populações). De novo apenas a título ilustrativo, avanço uma breve nota sobre um tipo de equipamento cultural, o museu. O sector dos museus tem registado, entre nós, um acentuado aumento de unidades mas com assimetrias a exigir uma política de requalificação. Esta é uma das vocações da Rede Portuguesa de Museus (RPM), e que foi recentemente institucionalizada no âmbito da nova Lei Quadro dos Museus Portugueses. Faço notar que a Lei Quadro inclui uma secção sobre Educação onde se estabelece que os museus devem desenvolver formas regulares de colaboração com o sistema de ensino, o que aponta para o desígnio de articulação cultura-educação já mencionado. A RPM tem desenvolvido vários programas segundo 3 eixos: Informação, Formação e Qualificação de profissionais. Este exemplo dos museus ajuda rapidamente a apercebermo-nos de alguns aspectos de mudança que se vêm manifestando no campo das políticas culturais em Portugal, designadamente: novos relacionamentos entre a Administração Central e Local e o sector privado (a RPM envolve museus do Estado, dos municípios e privados); recurso ao sistema de rede como instrumento de qualificação e descentralização; tentativas de envolvimento das populações locais (projectos com as escolas); esforços para melhor preparação de técnicos.

Finalmente, a qualificação *a nível dos territórios*. As políticas culturais não podem ausentar-se das estratégias de dinamização das cidades (estou a pensar especialmente nas cidades médias) e de revitalização rural (estou a pensar especialmente naqueles lugares cujo equilíbrio as actividades económicas tradicionais já não conseguem assegurar). Para avançar um outro exemplo ilustrativo, refiro o Programa de Difusão das Artes do Espectáculo que já funcionou com interesse (1999/2002), depois foi extinto e agora foi reformulado e está de novo em acção (Programa Território-Artes). Trata-se de uma medida de descentralização orientada para a regulação do mercado cultural, visando maior regularidade, diversificação e volume da oferta cultural. De entre os impactos que teve na 1ª fase, destaca-se: uma maior experiência profissional para as equipas do pelouro da cultura dos municípios que aderiram ao Programa e uma boa receptividade para as acções de formação de públicos em meio escolar.

Vou terminar enunciando quatro vertentes que atravessaram esta minha intervenção e que correspondem a 4 grandes exigências com que se confrontam as políticas culturais em Portugal. Como já disse noutra lugar são, antes do mais, exigências de qualificação para os agentes culturais e artísticos; exigências de participação cultural para a população em geral; exigências de internacionalização envolvendo agentes, projectos, bens e serviços culturais; exigências de sustentabilidade para os projectos já iniciados ou que venham a realizar-se.

* Comunicação apresentada na Mesa Redonda "Políticas culturais no Espaço Iberoamericano" integrada no *V Campus Euroamericano de Cooperação Cultural* – encontro promovido pela Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e pela Fundação INTERARTS de Barcelona, tendo como parceiros, em Portugal, o Município de Almada e a CultIdeias, Lda, Almada, 10 de Maio de 2007.

Disponível em www.oac.pt.

** Maria de Lourdes Lima dos Santos, Investigadora Coordenadora Jubilada do ICS-UL e Presidente do Observatório das Actividades Culturais.